



## Prefácio

*Luiz Carlos Bresser-Pereira*

Recebi com satisfação o convite de Ivan Salomão para redigir o prefácio deste excelente livro, o segundo volume da trilogia que teve início com *Os homens do cofre* (2021), obra que examinou o pensamento e a contribuição dos ministros da Fazenda do primeiro século do regime republicano (1889-1985). Agora, *Os homens da moeda* analisa os ministros da Nova República (1985-2018), período em que se derrotou o autoritarismo e a inflação. Resta, assim, apenas o terceiro volume (1822-1889) para completar este projeto inédito acerca de uma faceta pouco conhecida da história econômica do Brasil independente.

Sinto-me honrado em escrever este prefácio, mas confesso uma dificuldade: sou um dos ministros analisados. Enfrentei o pico de uma crise econômica que, anos depois, se mostrou a mais grave da história republicana brasileira: a inflação explodindo após o fim do Plano Cruzado, os salários em queda, as empresas e os estados da federação fragilizados, o país em moratória externa e sem reservas. A economia brasileira viria a enfrentar novas crises entre o final do século XX e o início do XXI, que felizmente não alcançaram a mesma dimensão.

O ano de 1985 marcou o retorno do Brasil ao Estado democrático de Direito, mas também marcou a metade da chamada “década perdida”, quando o país e a América Latina vivenciaram a grande crise

da dívida externa dos anos 1980 – uma crise que, no Brasil, foi acompanhada por alta inflação, de caráter inercial, que girava em torno de 200% ao ano. A crise da dívida externa só seria superada no início dos anos 1990, quando uma política de securitização da dívida, o Plano Brady, encaminhou a sua solução. Era um plano que correspondia exatamente à proposta que eu apresentara dois anos antes – como ministro da Fazenda, em 1987 – e o então secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, recusou.

Quanto à alta inflação, ela só seria resolvida em 1994 com o Plano Real, baseado na teoria da inflação inercial e no conceito de moeda indexada. O Plano Cruzado (1986) e o Plano Bresser (1987) também estavam embasados na mesma teoria, mas, naquele momento histórico, a população brasileira ainda não estava disposta a aceitar o ajustamento fiscal que se fazia necessário, de modo que ambos fracassaram.

Superados os problemas da dívida externa e da inflação, era legítimo esperar que o Brasil retomasse o crescimento e alcançasse os níveis de renda dos países desenvolvidos, mas não foi o que aconteceu. Em 1990, o Brasil, sob pressão do Norte Global e de suas elites econômicas atrasadas, abandonou o desenvolvimentismo e se entregou ao neoliberalismo. As consequências foram desastrosas. A quase-estagnação passou a caracterizar a economia brasileira na medida em que seu crescimento se tornou inferior ao dos demais países, tanto os ricos quanto os em desenvolvimento.

Quando eu comparo a década de 1970, período em que se adotava uma política econômica desenvolvimentista, com o que ocorreu a partir de 1990, verifico que, nos anos 1970, a poupança pública era altamente positiva; já na década seguinte se tornou negativa e o investimento público caiu. Na década de 1970, o governo neutralizava a doença holandesa com tarifas de importação e subsídios à exportação de bens manufaturados, garantindo assim uma taxa de câmbio satisfatória para a indústria; com a abertura comercial dos anos 1990, essa política de industrialização foi abandonada e a economia brasileira entrou em processo de desindustrialização prematura.

Assisti a esse desastre com um misto de tristeza e indignação. Estávamos tomando decisões erradas. Foi isso que me levou, no início dos anos 2000, a começar a construir o Novo Desenvolvimentismo.

Hoje, sua teoria básica está plenamente elaborada, com repercussão internacional, mas no plano da política econômica, os *policymakers* brasileiros ainda não a aplicaram. O Brasil continua a incorrer em déficits em conta-corrente do balanço de pagamentos quando deveria apresentar pelo menos equilíbrio; não voltou a neutralizar a doença holandesa e não há perspectivas de recuperar a poupança pública. Ora, essas são condições para o aumento da taxa de investimento e para a retomada do desenvolvimento brasileiro.

O leitor de *Os homens da moeda* poderá verificar se isso está realmente ocorrendo ou não. A história serve tanto para orientar as nossas ações quanto para nos mostrar o que não se deve fazer. E tenho visto os ministros da Fazenda preocuparem-se quase exclusivamente com o déficit público e com a inflação. Os problemas de médio e longo prazo a que me referi neste breve prefácio infelizmente não constam em suas agendas.